

**UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ**

**MARIA LUCIANA PEREIRA DE SOUZA**

**PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA INTERNET:  
A MAIS RECENTE INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE  
HUMANA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

**Rio de Janeiro  
2018**

MARIA LUCIANA PEREIRA DE SOUZA

**PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA INTERNET:  
A MAIS RECENTE INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE  
HUMANA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, pela Universidade Estácio de Sá. Área de concentração: Direitos Fundamentais e Novos Direitos.

Orientador: Professor Nilton César Flores.

**Rio de Janeiro  
2018**



**Estácio**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

A dissertação

**PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA INTERNET: A MAIS  
RECENTE INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA NA  
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

elaborada por

**MARIA LUCIANA PEREIRA DE SOUZA**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Direito como requisito parcial à obtenção do título de

**MESTRE EM DIREITO**

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2018.

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Dr. Nilton Cesar Flores – Presidente**  
Universidade Estácio de Sá

**Prof. Dr. Vinicius Figueiredo Chaves**  
Universidade Estácio de Sá

**Prof. Dr. Leonardo da Silva Sant'Anna**  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

*Para minha Mãe Neide, com amor e saudade...*  
*Para meu sobrinho Arthur, com meu desmedido amor...*

## AGRADECIMENTOS

Primeiro e sempre, a Deus, por tudo!

Ao Professor Doutor *Nilton Cesar Flores*, por toda a generosidade, orientação e incentivo que me permitiram alcançar o jamais imaginei...

À querida amiga Professora Mestre *Ana Amélia Menna Barreto*, por toda a inspiração e acolhida na vida pessoal, profissional e acadêmica...

Ao corpo docente PPGD/UNESA, na pessoa do Professor Doutor *Marcello Raposo Ciotola*, cujas aulas de filosofia deixaram marcas indelévels...

Aos *colegas discentes 2016.2*, cujo convívio foi incrivelmente engrandecedor...

Aos meus saudosos pais, *Missias e Neide*, pelo amor que transcende a matéria...

Ao meu Irmão, *Leonardo*, pelo amor e a certeza de que eu não estou só...

Ao meu sobrinho *Arthur*, por inundar a minha vida de luz, amor e alegria...

Aos queridos *Suzi e Romualdo Cunha e Marlene e Joaquim Souza (in memoriam)*... pelas oportunidades proporcionadas...

Aos amigos e familiares, por toda torcida e compreensão pelos momentos de ausência...

Aos Colegas de Barros Ribeiro Advogados Associados, na pessoa do Dr. Rodrigo Ribeiro, pelo suporte e compreensão...

*Muitíssimo Obrigada!*

## RESUMO

Esta pesquisa apresenta a perspectiva do direito à proteção de dados pessoais em consonância principiológica com o valor máximo de um Estado Democrático de Direito, qual seja, o da dignidade humana. O avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação que caracteriza a economia cognitiva e imaterial alicerce da sociedade da informação, representa enorme desafio ao direito, cujas elaborações, tradicionalmente, representam uma resposta às demandas sociais caracterizadas ao longo do tempo. Num momento histórico-social em que a discussão acerca da privacidade deixa de contemplar a perspectiva restritiva de o direito de estar só e, passa a contemplar a liberdade positiva de autodeterminação informativa, objetiva-se com o presente estudo, a análise da complexa relação entre direito e tecnologia, sem que o direito se torne um empecilho para o avanço da tecnologia, e sem que a tecnologia se torne uma ameaça ao Direito.

**Palavras-chaves:** direitos fundamentais, sociedade da informação, proteção de dados pessoais, autodeterminação informativa.

## ABSTRACT

This research introduces the perspective of the right to personal data protection, aligned with the principles of the upmost value of a Democratic State: Human Dignity. The progress of Information & Communication Technologies, which characterizes the cognitive economy and an immaterial foundation of the information society represents a relevant challenge to the Law, whose propositions, traditionally, represent a response to social demands throughout the time. Within a social-historical period in which discussions regarding privacy fail to contemplate the restrictive perspective of the right to be alone, but contemplate the positive freedom of informational self-determination, this paper seeks to analyze the complex relation between the Law and technology, aiming that the Law does not become an hindrance for further technological developments as well as the technology does not become a threat to the Law.

**Key words:** Fundamental rights, Information society, Personal data protection, Informational self-determination.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 DIREITOS FUNDAMENTAIS</b> .....	15
1.1 Breve perspectiva histórica .....	15
1.2 Heterogeneidade terminológica .....	21
1.3 Direitos do homem, substrato dos direitos fundamentais: principais correntes de justificação .....	24
1.4 Fundamentalidade .....	26
1.5 Dupla dimensão e multifuncionalidade .....	29
1.6 Características .....	33
1.6.1 Historicidade .....	33
1.6.2 Não tipicidade .....	34
1.6.3 Relatividade ou limitabilidade .....	34
1.6.4 Indisponibilidade e imprescritibilidade.....	35
1.6.5 Indivisibilidade .....	36
1.6.6 Universalidade .....	36
1.7 Distinção entre direitos e garantias fundamentais .....	39
1.8 Gerações (dimensões) dos direitos fundamentais.....	38
1.9 Direitos fundamentais na Constituição da República de 1988 .....	42
1.10 Breves notas sobre <i>internet</i> e direitos fundamentais .....	44
1.11 Direitos da personalidade .....	47
1.11.1 Personalidade, atributo de deflagração de direitos.....	52
1.11.2 Características dos direitos da personalidade.....	54
1.11.3 Clausula geral de tutela dos direitos da personalidade .....	56
1.11.4 Direitos da personalidade em espécie.....	60
<b>2 CONSEQUÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO</b> .....	64
2.1 A Sociedade da Informação .....	64
2.2 Breves considerações sobre a origem e a evolução da rede mundial de computadores, a <i>Internet</i> .....	68



2.3 Dado, Informação e conhecimento .....	71
2.4 Dados Pessoais .....	76
2.5 Tratamento dos dados pessoais.....	77
2.6 Direito à privacidade, gênese ao direito à proteção de dados pessoais.....	84
2.7 Autodeterminação informativa .....	94
<b>3 PROTEÇÃO DE DADOS EM PERSPECTIVA CONSONANTE COM A SISTEMÁTICA PRINCIPOLÓGICA DA DIGNIDADE HUMANA .....</b>	<b>99</b>
3.1 O Regulamento Europeu sobre a proteção de dados, o <i>General Data Protection Regulation (GDPR)</i> .....	99
3.2 Proteção de dados pessoais no Brasil, <i>legem habemus!</i> .....	108
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>116</b>